



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2019

I – Introdução

A. Nota Prévia

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2019, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

B. Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais não sofreu alterações em relação ao ano transato, mantendo a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereador – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – PSD

C. Enquadramento Macroeconómico

O Banco de Portugal nas suas projeções macroeconómicas de março de 2020, para a Economia Portuguesa apresenta perspetivas que se deterioraram abrupta e significativamente com a pandemia COVID-19, encontrando-se rodeadas de grande incerteza. Esta pandemia corresponde também a um choque económico adverso com efeitos muito significativos e potencialmente prolongados no tempo em termos de bem-estar dos cidadãos e da atividade das empresas.

A situação atual não tem precedente histórico recente e caracteriza-se por um elevado grau de desconhecimento relativamente ao impacto económico da pandemia. O presente contexto conjuga vários elementos novos que acentuam a incerteza e complexidade deste exercício de projeção:

1. Os canais de transmissão da pandemia combinam efeitos relacionados com as decisões de oferta e de procura na economia, efeitos que interagem e reforçam-se mutuamente. Do lado da oferta sobressaem a redução do tempo de trabalho por motivo de doença, assistência à família ou quarentena, bem como a potencial destruição da capacidade produtiva decorrente do encerramento de empresas ou da quebra das cadeias de valor a nível global. Do lado da procura destaca-se o adiamento de despesas de consumo e investimento, num quadro de incerteza exacerbada e de aumento da aversão ao risco dos agentes económicos.

2. A magnitude e a duração do choque económico adverso dependem das políticas adotadas pelas autoridades. Estas políticas visam assegurar a melhor resposta dos Estados em termos de saúde pública e, simultaneamente, mitigar o impacto económico decorrente da propagação do vírus e da adoção de medidas de restrição à interação dos indivíduos.

3. A habitual persistência dos agregados macroeconómicos em resposta a perturbações exógenas, bem como a relativa previsibilidade do comportamento agregado dos agentes económicos, são quebrados no atual cenário de pandemia e de confinamento generalizado.

A incerteza exacerbada que caraterizada projeção de março de 2020 do Banco de Portugal, decorrente de várias dimensões, não é possível apresentar um cenário que seja o mais provável, apresentando dois cenários, um cenário base e um adverso.

No cenário base a redução do PIB real em 2020 é de 3,7%, contraindo-se a atividade económica na primeira metade do ano – com uma queda especialmente marcada no segundo trimestre – e retoma uma trajetória de crescimento apenas no final do ano. O impacto económico da pandemia tem em conta efeitos decorrentes de disrupções nas cadeias de fornecimento globais, da persistência da elevada incerteza e das perturbações nos mercados financeiros internacionais, bem como a perda de capital instalado nas várias economias. Neste cenário base, assume-se que as medidas adotadas pelas autoridades económicas são bem-sucedidas na contenção dos danos sobre a economia. Nos anos seguintes a economia apresenta um crescimento relativamente fraco em 2021 (0,7%), recuperando mais notoriamente em 2020 (3,1%). A taxa de desemprego interrompe a tendência de redução dos últimos anos, aumentando para 10,1% em 2020 e reduzindo muito gradualmente ao longo de 2021-22. O saldo da balança corrente e de capital mantém-se excedentário ao longo do horizonte de projeção, beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo. Há uma grande incerteza na projeção da inflação, acentuada pela natureza do choque com incidência sobre a procura e a oferta agregadas e envolvendo uma alteração significativa de preços relativos.

No cenário adverso, assume-se que o impacto económico da pandemia a nível mundial é mais significativo. Verifica-se uma paralisação mais prolongada da atividade económica em vários países, o que se traduz em maior destruição de capital e perda de emprego. O alargamento do número de economias afetadas pela pandemia gera maiores disrupções das cadeias de valores globais e reforça os já elevados níveis de incerteza. Consequentemente, o cenário adverso tem implícita uma maior turbulência dos mercados financeiros, apenas parcialmente mitigada pela ação das políticas económicas. Nestas condições, a economia portuguesa sobre um a recessão mais profunda, com o PIB a reduzir-se 5,7% em 2020. Nos anos seguintes, a atividade económica recupera, apresentando um ritmo de crescimento acima do estimado, no cenário anterior. Comparativamente ao cenário base, a taxa de desemprego aumenta mais marcadamente em 2020 e, não obstante a redução esperada nos anos seguintes, mantém-se em níveis superiores. Relativamente à balança corrente e de capital, projetam-se excedentes de magnitude similar ao do cenário anterior. No cenário adverso a taxa de inflação situa-se próxima de 0 em 2020 e aumenta ligeiramente nos anos seguintes, mantendo níveis mais baixos do que no cenário base.

Quadro 1 - Projeções do Banco de Portugal:2020 – 2022

	em % do PIB 2018	BE de março de 2020						
		Cenário Base				Cenário adverso		
		2019	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100	2,2	-3,7	0,7	3,1	-5,7	1,4	3,4
Consumo Privado	65	2,3	-2,8	1,4	2,9	-4,8	1,8	3,7
Consumo público	17	0,8	2,1	-1,3	1,0	3,0	-2,0	1,1
Formação bruta de capital fixo	18	6,4	-10,8	2,9	7,9	14,9	3,4	9,3
Procura interna	100	2,8	-3,6	1,3	3,4	-5,5	1,4	4,2
Exportações	44	3,7	-12,1	4,2	5,5	-19,1	7,4	5,6
Importações	43	5,2	-11,9	5,5	6,2	-18,7	7,5	7,4
Emprego		0,8	-3,5	0,7	1,8	-5,2	1,2	2,8
Taxa de desemprego (nível, %)		6,5	10,1	9,5	8,2	11,7	10,7	8,3
Balanço corrente e de capital (%PIB)		9,0	2,0	2,4	1,3	2,0	2,9	1,4
Balança de bens e serviços (%PIB)		0,4	1,0	0,6	0,0	1,0	1,0	0,3
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)		0,3	0,2	0,7	1,1	-0,1	0,5	0,7

Fonte: Banco de Portugal

Nos dois cenários alternativos, as projeções para o crescimento do PIB em 2020 traduzem revisões significativas em baixa face aos valores publicados pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de dezembro 2019. Estas revisões em baixa decorrem da inclusão do impacto estimado da pandemia, que suplanta largamente o ligeiro efeito positivo decorrente da revisão em alta do crescimento da atividade no 4.º trimestre de 2019.

D. Síntese de Resultados

Em termos sintéticos, destaca-se:

- O facto do Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita a rondar os 93 %;
- O aumento da receita corrente em 10,24 % deve-se essencialmente ao acréscimo da rubrica Transferências Correntes;
- A receita de capital é inferior, em 74,22 %, relativamente a 2018, ou seja, cerca de 1.157.289,68 €, fundamentalmente pela variação negativa dos passivos Financeiros (Empréstimo FAM);
- O aumento de 7,5 % face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 140.146,60 €.
- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 48.191 €.

[Handwritten signatures and initials]

II – Relato Financeiro

A. Análise Orçamental

1. Principais Evidências

Quadro 2 - Indicadores

Indicador	2016	2017	2018	2019
Receita				
Varição da receita total	3,81%	558,80%	-78,91%	-8,79%
Receitas correntes / Receitas Totais	89,18%	16,38%	77,93%	93,76%
Varição das receitas correntes	0,56%	2,67%	-0,68%	9,74%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	12,41%	11,53%	12,37%	11,16%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	95,99%	98,00%	93,35%	104,39%
Receita Total / Receita Orçada	95,54%	98,55%	90,09%	92,63%
Despesa				
Varição da despesa total	4,31%	565,57%	-77,02%	-16,15%
Despesas correntes / Despesa total	61,55%	11,80%	61,70%	74,22%
Varição das despesas correntes	-5,60%	8,46%	20,15%	0,86%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	47,70%	44,14%	39,02%	39,04%
Despesas com Aquisição de bem e serviços / Despesas correntes	32,79%	32,84%	40,28%	42,91%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	90,43%	87,04%	93,20%	95,28%
Despesa Total / Despesa Orçada	92,19%	96,25%	87,02%	87,22%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente / Receitas correntes	38,22%	29,64%	14,65%	21,97%
Serviço da dívida / Receitas correntes	37,32%	523,63%	21,99%	19,05%

Os rácios orçamentais registam, em 2019, valores que demonstram que o Município mantém um forte compromisso com um efetivo controlo orçamental.

A receita total regista um decréscimo de 8,79%, no valor de 621.289,01 € e a despesa total uma diminuição de 16,15%, no valor de 1.221.767,05 €.

As receitas fiscais sofreram uma diminuição de 1,31 % em relação ao ano anterior, havendo uma diminuição do seu peso no total das receitas correntes.

Ao nível da execução do orçamento realça-se a taxa de execução da receita corrente, bem como a taxa de execução da despesa corrente, tendo sido respetivamente de 104,39 % e 95,28%. A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação e controlo do orçamento.

Do ponto de vista das despesas verifica-se uma diminuição da despesa total de 16,15%, um aumento residual de 0,86% das despesas correntes, bem como, um aumento residual do peso das despesas com pessoal na totalidade da despesa corrente, respetivamente 0,02%.

2. Equilíbrio Orçamental

2.1 – Equilíbrio Corrente

Quadro 3 - Poupança Corrente do Exercício

Designação	2019 €	2018 €	Varição 18-19
Receita corrente executada	6 033 425	5 469 756	10,31%
Despesa corrente executada	4 708 565	4 668 215	0,86%
Poupança corrente executada	1 324 860	801 540	65,29%
Dívida corrente transitada da gerência anterior	17 291	14 426	19,87%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	81 448	74 137	9,86%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	148 992	144 762	2,92%
Poupança corrente do exercício	1 572 591	1 034 865	51,96%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município de Fornos de Algodres cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2019, é de 1.572.591 €, refletindo um aumento de 51,96%, ou seja 537 726€, face ao ano de 2018.




Evolução da Poupança Corrente



Gráfico 1 - Evolução da Poupança Corrente

A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida.

2.2 – Equilíbrio Efetivo

Quadro 4 - Saldo Global Efetivo

Designação	2019 (€)	2018 (€)	Variação 18-19 (%)
Receitas Correntes	6 029 730	5 469 756	10,24%
Receitas de capital (Efetivas)	402 037	1 559 327	-74,22%
Receita efetiva	6 431 767	7 029 082	-8,50%
Despesas correntes	4 708 565	4 668 215	0,86%
Despesas de capital (efetivas)	1 635 418	2 897 535	-43,56%
Despesa efetiva	6 343 984	7 565 751	-16,15%
Saldo corrente	1 321 165	801 540	-64,83%
Saldo de capital	-1 233 381	-1 338 209	-7,83%
Saldo da Gerência Anterior	300 921	802 510	37,50%
Saldo global efetivo	388 704	265 842	46,22%

Para além do bom desempenho financeiro do Município de Fornos de Algodres evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2019, o saldo global efetivo de 388.704 € que compara com o valor de 265.842 € do ano anterior.

Este resultado demonstra que o município sustenta todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) com receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros) e Saldo da Gerência Anterior, em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

3. Análise da Despesa

3.1 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Quadro 5 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa Segundo a Natureza Económica

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor		Reforços	Deduções	Valor	Peso		
	€		€	€	€	%	€	%
Despesas com pessoal	1 992 105		63 314	207 963	1 847 456	25,4%	-144 649	-7,3%
Aquisição de bens e serviços	1 821 215		481 417	120 485	2 182 147	30,0%	360 932	20%
Juros e outros encargos	506 844		2 000	4 150	504 694	6,9%	-2 150	0%
Transferências correntes	322 473		94 508	20 505	396 475	5,5%	74 002	23%
Outras despesas correntes	22 200		5 200	16 305	11 095	0,2%	-11 105	-50%
Despesas correntes	4 664 837		646 439	369 407	4 941 868	67,9%	277 031	6%
Aquisição de bens de capital	1 613 592		802 242	780 969	1 634 864	22,5%	21 272	1%
Transferências de Capital	1 000		0	0	1 000	0,0%	0	0%
Ativos Financeiros	34 280		0	0	34 280	0,5%	0	0%
Passivos financeiros	661 696		0	0	661 696	9,1%	0	0%
Despesas de capital	2 310 568		802 242	780 969	2 331 840	32,1%	21 272	1%
Total	6 975 405		1 448 680	1 150 377	7 273 709	100,0%	298 304	4%

Sendo a elaboração do orçamento pautada pela rigorosa identificação de despesas, durante a execução do orçamento podem surgir situações em que as dotações previsionais se revelam insuficientes ou mesmo inexistentes, nomeadamente pelo hiato temporal existente entre a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita. De modo a ultrapassar essas situações, efetuaram-se durante o ano de 2019, 10 alterações orçamentais e 3 revisões do orçamento (sendo uma das revisões para incorporar o saldo de gerência), o que determinou um aumento do valor global do orçamento em 4% (298.304€).

As modificações ao orçamento, aumentaram o peso das despesas correntes em 6% (277.031€) e as despesas de capital em 1% (21.272€).

Estas modificações e revisões do orçamento permitiram entre outros assegurar dotações para executar os seguintes projetos:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large number '7' and various illegible signatures and initials.

- Projeto do Mercado Municipal;
- Programa de Modernização Administrativa;
- Construção do Canil Municipal;
- Construção do Jardim Quintas da Vila;
- Projeto de Requalificação do CIHAFa;
- Projeto de Requalificação da Zona Pedonal do Centro da Vila

Em contrapartida a diminuição mais significativa ocorreu na Zona Industrial de Juncais, em razão do Município não ter candidatura aprovada no Portugal 2020 para a criação da Zona de Acolhimento Empresarial de Juncais, na Remodelação da Escola de Figueiró da Granja uma vez que se concluiu que o início da obra apenas seria possível no 2º semestre de 2020 e na Requalificação do CIHAFa porque se concluiu que a obra apenas seria iniciada no 1º semestre de 2020.

3.2 – Execução Orçamental da Despesa

Quadro 6 - Despesa por Classificação Económica

Capítulos	Despesa Orçada (€)	Despesa comprometida /Realizada (€)	Despesa paga (€)	Desvio (€)	Taxa de Execução (%)	Despesa realizada e não paga (€)
	1	2	3	4=3-1	5=3/1	6=2-3
Despesas com pessoal	1 847 456	1 838 070	1 838 070	-9 387	99%	0
Aquisição de bens e serviços	2 182 147	2 096 381	2 020 328	-161 819	93%	76 052
Juros e outros encargos	504 694	489 608	487 910	-16 785	97%	1 699
Transferências correntes	396 475	356 907	353 210	-43 265	89%	3 697
Outras despesas correntes	11 095	9 048	9 048	-2 047	82%	0
Despesas correntes	4 941 868	4 790 013	4 708 565	-233 303	95%	81 448
Aquisição de bens de capital	1 634 864	1 421 126	950 871	-683 993	58%	470 255
Transferências de Capital	1 000	0	0	-1 000	0%	0
Ativos Financeiros	34 280	22 851	22 851	-11 429	67%	0
Passivos financeiros	661 696	661 696	661 696	0	100%	0
Despesas de capital	2 331 840	2 105 673	1 635 418	-696 422	70%	470 255
Total	7 273 709	6 895 687	6 343 984	-929 725	87%	551 703

O orçamento de 2019 teve compromissos que representaram 95% do orçamento proposto e uma despesa paga que representa 87% do inicialmente proposto.

Por sua vez, as despesas correntes representaram 74,22% do total executado e as despesas de capital 25,78%. Nas despesas correntes, são as despesas com aquisição de bens e serviços que têm maior peso, logo seguidas das despesas com pessoal. As

aquisições de bens e serviços são as que das despesas correntes, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo foi de 161.819 €.

Da diferença entre a despesa comprometida e a despesa paga em 2019 resulta um total para o ano de 2020 de 551.703 €.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2019, em 12 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos.

Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica aquisição de bens de capital e apresenta um desvio negativo de 683.993€, devido à não execução em 2019 de investimentos cuja execução será em 2020 e 2021, nomeadamente "Remodelação e Requalificação da EB1 Figueiró da Granja", "Requalificação do CIHafa" e "Pavimentação de Arruamento no Bairro do Ténis".

3.3 – Evolução da Despesa

Quadro 7 - Evolução da Despesa Global Realizada e Paga

Capítulos	Pago 2019		Pago 2018		Pago Variação 18-19	Realizado 2019		Realizado 2018		Realizado Variação 18 - 19
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %		Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
Despesas com pessoal	1 838 070,00 €	29,0%	1 806 954,00 €	23,9%	1,7%	1 838 070,00 €	26,7%	1 806 954,00 €	22,80%	1,7%
Aquisição de bens e serviços	2 020 328,00 €	31,8%	1 880 182,00 €	24,9%	7,5%	2 096 381,00 €	30,4%	1 953 417,00 €	24,60%	7,3%
Juros e outros encargos	487 910,00 €	7,7%	561 901,00 €	7,4%	-13,2%	489 608,00 €	7,1%	561 901,00 €	7,10%	-12,9%
Transferências correntes	353 210,00 €	5,6%	369 253,00 €	4,9%	-4,3%	356 907,00 €	5,2%	369 903,00 €	4,70%	-3,5%
Outras despesas correntes	9 048,00 €	0,1%	33 553,00 €	0,4%	-73,0%	9 048,00 €	0,1%	35 804,00 €	0,50%	-74,7%
Despesas correntes	4 708 566,00 €	74,2%	4 651 843,00 €	61,6%	1,2%	4 790 014,00 €	69,5%	4 727 980,00 €	59,70%	1,3%
Aquisição de bens de capital	950 871,00 €	15,0%	2 187 349,00 €	29,0%	-56,5%	1 421 126,00 €	20,6%	2 487 609,00 €	31,40%	-42,9%
Transferências de Capital	- €	0,0%	35 000,00 €	0,5%	-100,0%	- €	0,0%	35 000,00 €	0,40%	-100,0%
Ativos Financeiros	22 851,00 €	0,4%	34 277,00 €	0,5%	-33,3%	22 851,00 €	0,3%	34 277,00 €	0,40%	-33,3%
Passivos financeiros	661 696,00 €	10,4%	640 910,00 €	8,5%	3,2%	661 696,00 €	9,6%	640 910,00 €	8,10%	3,2%
Despesas de capital	1 635 418,00 €	25,8%	2 897 536,00 €	38,4%	-43,6%	2 105 673,00 €	30,5%	3 197 795,00 €	40,30%	-34,2%
Total	6 343 984,00 €	100,0%	7 549 378,00 €	100,0%	-16,0%	6 895 687,00 €	100,0%	7 925 775,00 €	100%	-13,0%

Em 2019 a despesa paga teve um decréscimo de 16%, ou seja 1.205.394,00€. Esta diminuição explica-se pelo facto de, no ano de 2018, ter havido a liquidação das Sentenças Judiciais desfavoráveis ao Município inscritos nos Passivos contingentes no valor de 1.150.563,68 €.

3.4 - Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

As despesas correntes realizadas em 2019 (4.790.014€) foram superiores às de 2018 (4.727.980 €) em cerca de 62.034 €, o que reflete uma variação positiva de 1,3%. Os valores de despesa corrente paga registaram um aumento de 1,2%, uma vez que o valor de despesa corrente paga em 2019 foi de 4.708.566,00 € e em 2018 de 4.651.843,00 €.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal (30,4%) e com aquisição de bens e serviços (26,7%), e na despesa paga representam 31,8 % e 29,0%, respetivamente.

Importa ainda referir que no que respeita às despesas correntes, nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com o empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 8 - Evolução da Despesa com Pessoal

Despesas com Pessoal	2019		2018		Variação 18-19	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Remunerações certas e permanentes:	1 404 247	76,9%	1 363 917	75,5%	40 330	3,0%
Titulares órgãos soberania e membros Órgãos Autárquicos	148 963	8,2%	131 397	7,3%	17 566	13,4%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. individual de trabalho	942 947	51,6%	919 034	50,9%	23 913	2,6%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Pessoal aguardando aposentação	0	0,0%	0	0,0%	0	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Representação	25 615	1,4%	25 642	1,4%	-27	-0,1%
Suplementos e prémios	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Subsídio de refeição	94 265	5,2%	95 949	5,3%	-1 684	-1,8%
Subsídio de férias e Natal	184 152	10,1%	179 619	9,9%	4 533	2,5%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	8 306	0,5%	12 276	0,7%	-3 970	-32,3%
Abonos variáveis ou eventuais:	9 580	0,5%	41 246	2,3%	-31 666	-76,8%
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ajudas de Custo	4 140	0,2%	3 299	0,2%	841	25,5%
Abono para falhas	2 816	0,2%	2 838	0,2%	-22	-0,8%
Formação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	0	0,0%	33 583	1,9%	-33 583	100,0%
Outros suplementos e prémios	2 625	0,1%	1 526	0,1%	1 099	72,0%
Segurança social:	412 856	22,6%	401 792	22,2%	11 064	2,8%
Encargos com a saúde	65 720	3,6%	58 893	3,3%	6 827	11,6%
Outros encargos com a saúde	194	0,0%	3	0,0%	191	0,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	11 080	0,6%	11 010	0,6%	70	0,6%
Outras prestações familiares	0	0,0%	1 287	0,1%	-1 287	0,0%
Contribuições para a segurança social	304 861	16,7%	294 692	16,3%	10 169	3,5%

Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Outras Pensões	9 581	0,5%	9 435	0,6%	146	n/a
Seguros	21 420	1,2%	26 473	1,5%	-5 053	-19,1%
Total	1 826 682	100,0%	1 806 954	100,0%	19 728	1,1%

As despesas com pessoal apresentam em 2019, uma variação positiva de 1,1% (19.728 €) relativamente ao ano anterior.

A Lei do Orçamento de Estado para 2019, permitiu ao abrigo do artigo 16.º alterações do posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. O ligeiro aumento das despesas com pessoal verificado em 2019, deveu-se essencialmente ao aumento da rubrica "Remunerações Certas e Permanentes", devido aos acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados dos trabalhadores.

3.5 - Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

Quadro 9 — Evolução das Despesas de Investimento Total

Rubricas	2019	2018	Variação 18 - 19	
	Valor €	Valor €	€	%
Habitacões	107 822,94	145 781,87	-37 958,93	-26%
Reparação e Beneficiação	107 822,94	145 781,87	-37 958,93	-26%
Edifícios	0,00	12 735,14	-12 735,14	n/a
Escolas	0,00	12 735,14	-12 735,14	n/a
Construções Diversas	312 704,49	1 075 607,70	-762 903,21	-71%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	269 610,02	619 493,80	-349 883,78	-56%
Iluminação Pública	31 430,89	84 864,28	-53 433,39	-63%
Captação e distribuição de água	0,00	6 122,33	-6 122,33	n/a
Outros	15 256,92	365 127,29	-349 870,37	-96%
Equipamento de Informática	11 663,58	66 626,57	-54 962,99	-82%
Software Informático	116 611,57	64 502,33	52 109,24	81%
Equipamento administrativo	14 004,28	3 457,67	10 546,61	305%
Equipamento básico	53 586,79	12 273,32	41 313,47	337%
Outro	53 586,79	12 273,32	41 313,47	337%
Ferramenta e Utensílios	4 769,83	6 252,65	-1 482,82	-24%
Total	621 163,48	1 387 237,25	-766 073,77	-55%

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 621.163,48 €, que representa um decréscimo de 766.074 € face a 2018. Esta diminuição explica-se pelo facto de, no ano de 2018, ter havido liquidação das Sentenças Judiciais desfavoráveis ao Município inscritos nos Passivos contingentes no valor de 1.150.563,68 €, sendo a sua grande maioria despesas de capital.

Quadro 10 - Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Designação	2019		2018	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	402 037,00	100%	407 763,00	100%
-Fundos Comunitários	402 037,00	100%	407 763,00	100%
- Contratos de participação / Protocolos	0,00	0%	0,00	0%
Receitas próprias	0,00	0%	0,00	0%
Investimento Pago	624 756,82	100%	474 850,01	100%

Quadro 11 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor €	Valor €	Taxa de Execução %	Valor €
	(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4)
Ação Social	31 367	28 851	91,98%	28 851
Economia	88 129	22 386	25,40%	22 386
Educação	264 905	34 318	12,95%	33 641
Participação	36 900	21 088	57,15%	21 088
Organização Municipal	135 733	130 197	95,92%	130 197
Ambiente e Regeneração Urbana	841 302	594 733	70,69%	594 674
Cultura, Desporto e Juventude	1 650	1 142	69,22%	1 142
Turismo	64 059	4 459	6,96%	4 459
Proteção Civil	97 739	92 093	94,22%	92 093
Projetos AMCB	55 275	22 339	40,41%	22 339
Projetos CIMBSE	17 805	0	0,00%	0
Total	1 634 864	951 606	58,21%	950 871

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a função de Ambiente e Regeneração Urbana absorveu 594.733€ equivalente a 62,50% do investimento total.

3.6 - Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um decréscimo de 47.996 €, resultado essencialmente da variação negativa das Transferência de Capital. As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificadas como subsídios.

Quadro 12 - Estrutura das Transferências

Transferências	2019				2018	
	Realizado		Pago		Realizado	
	€	%	€	%	€	%
Transferências correntes	356 907	100,0%	353 210	100,0%	369 903	91,4%
Freguesias	35 823	10,0%	35 795	10,1%	34 781	8,6%
Associações de Municípios	35 283	9,9%	33 783	9,6%	48 818	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	122 537	34,3%	120 368	34,1%	109 981	27,2%
Outras	163 264	45,7%	163 264	46,2%	176 323	43,5%
Transferências de Capital	0	0,0%	0	0,0%	35 000	8,6%
Freguesias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	0	0,0%	0	0,0%	35 000	8,6%
Total	356 907	100%	353 210	100%	404 903	100%

Quadro 13 - Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições €	Apoio à Atividade das Freguesias €	Total €
Algodres	356,43	2 338,40	2 694,83
Casal Vasco	353,09	1 473,52	1 826,61
Figueiró da Granja	358,19	2 672,46	3 030,65
Fornos de Algodres	388,92	3 537,35	3 926,27
Infias	353,56	626,93	980,49
Maceira	353,98	1 880,79	2 234,77
Matança	353,92	3 150,67	3 504,59
Muxagata	355,12	2 320,10	2 675,22
Queiriz	354,84	2 514,59	2 869,43
União Cortiço e Vila Chã	611,00	1 862,49	2 473,49
União Juncals, Vila Ruiva e Vila Soeiro	857,55	4 704,27	5 561,82
União Sobral Pichorro e Fuinhas	614,73	3 402,36	4 017,09
Total	5 311,33	30 483,93	35 795,26

As transferências para as Juntas de Freguesia correspondem a 35.795,26 e decorrem sobretudo do apoio à atividade das freguesias, no âmbito do protocolo de delegação de competências (30.483,93€).

Quadro 14 - Transferências por Entidades

Entidade	2019	2018	Variação 18-19	
	€	€	€	%
Associações				
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	4 359,24	4 306,70	52,54	1,2%
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	44 924,55	24 282,14	20 642,41	85,0%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	34 356,59	34 088,93	267,66	0,8%
Associação Recreativa e Cult. Figueiró da Granja	434,93	670,87	-235,94	-35,2%
Associação de Promoção S.C. D. Fornos de Algodres	859,51	0,00	859,51	n/a
Associação Promoção S.R.D.H. Maceira	996,72	813,68	183,04	22,5%
Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Fuinhas	50,00	50,00	0,00	0,0%
Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias da Montanha	0,00	16 299,00	-16 299,00	n/a
Associação Melhoramentos Social Cultural da Mata	160,51	205,91	-45,40	-22,0%
Associação de Promoção Social, RD de S. Pedro de Inhas	284,30	50,00	234,30	468,6%
ARISCA - Associação Revitalização I. S.C. de Algodres	234,30	0,00	234,30	n/a
Associação Aldeia/CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação	750,00	0,00	750,00	n/a
Associação Cult.Desp. Recreat. "Os Capelenses"	550,14	0,00	550,14	n/a
Associação Cultural e Recreativa dos Amigos de Casal do Monte	618,74	0,00	618,74	n/a
Associação Geopark Estrela	10 000,00	15 000,00	-5 000,00	-33,3%
Subtotal	98 579,53	95 767,23	2 812,30	2,9%
Outros				
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	5 859,52	7 551,31	-1 691,79	-22,4%
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres	3 450,00	2 550,00	900,00	35,3%
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	818,09	667,55	150,54	22,6%
Casa do Pessoal da Câmara Municipal Fornos de Algodres	3 000,00	2 800,00	200,00	7,1%
Casa do Sport Lisboa e Benfica de Fornos de Algodres	768,90	0,00	768,90	n/a
CEKS Clube de Escolas de Karaté Shukokai	1 236,44	1 241,52	-5,08	-0,4%
Clube Rodas do Inferno	768,90	539,69	229,21	42,5%
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	1 045,92	621,06	424,86	68,4%
Entidade	2019	2018	Variação 18-19	
	€	€	€	%
Liga dos Amigos de Sobral Pichorro	0,00	50,00	-50,00	n/a
Liga dos Amigos da Matança	675,70	0,00	675,70	n/a

Centro Alcoólicos Recuperados da Guarda	0,00	300,00	-300,00	n/a
Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Verdes	98,38	0,00	98,38	n/a
Batuta D'Alegria	555,32	0,00	555,32	n/a
Corpo Nacional de Escutas - 1393 Fornos de Algodres	916,47	0,00	916,47	n/a
Comité Português para a UNICEF	1 000,00	0,00	1 000,00	n/a
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	29 423,52	43 111,47	-13 687,95	-31,8%
Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiró da Granja	1 123,58	599,47	524,11	87,4%
Rede Judiarias de Portugal	0,00	1 500,00	-1 500,00	n/a
Programas CEI	117 645,22	153 636,33	-35 991,11	-23,4%
Bolsas de Estudo	9 680,00	11 999,60	-2 319,60	-19,3%
Programa Emergência Social	5 675,10	4 413,62	1 261,48	28,6%
Programa de Ocupação de Tempos Livres	5 280,00	7 123,49	-1 843,49	-25,9%
Medidas de Apoio à Natalidade	4 945,31	0,00	4 945,31	n/a
Apoio à Criação de Ovinos	21 343,00	0,00	21 343,00	n/a
Subtotal	215 309,37	238 705,11	-23 395,74	-9,8%
Total	313 888,90	334 472,34	-20 583,44	-6,15%

A variação negativa de 20.583,44 €, deve-se essencialmente à diminuição de Programas CEI.

4. Análise da Receita

4.1 - Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Quadro 15 - Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação

Designação	Orçamento	Modificações €	Orçamento
	Inicial €		Final €
Receitas Correntes	5 781 469	0	5 781 469
Receitas de Capital	1 191 936	0	1 191 936
Outras Receitas	2 000	300 921	302 921
Total	6 975 405	300 921	7 276 326

A receita do orçamento final teve, em termos globais, um acréscimo de 300.921 €, quando comparado com o orçamento inicial. Esta variação resultou da incorporação do saldo de gerência do ano de 2018.

4.2 - Execução Orçamental da Receita

Quadro 16 - Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4) = (3)-(1)	Taxa de Execução % (5) = (3)/(1)
Impostos Diretos	696 000	673 868	670 173	-25 827	96,29%
Impostos Indiretos	5 000	5 263	5 263	263	105,26%
Taxas, multas e outras penalidades	123 900	116 908	115 804	-8 096	93,47%
Rendimentos de propriedade	252 300	287 600	287 515	35 215	113,96%
Transferências Correntes	4 104 078	4 429 445	4 429 422	325 344	107,93%
Venda de bens e serviços correntes	493 191	415 731	412 262	-80 929	83,59%
Outras receitas correntes	107 000	109 291	109 291	2 291	102,14%
Receitas correntes	5 781 469	6 038 105	6 029 730	248 261	104,29%
Vendas de bens de investimento	3 400	0	0	-3 400	0,00%
Transferências de capital	1 188 436	402 037	402 037	-786 399	33,83%
Receitas de capital	1 191 836	402 037	402 037	-789 799	33,73%
Passivos Financeiros	100	0	0	-100	0,00%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	2 000	6 849	7 410	5 410	370,51%
Saldo da Gerência Anterior	300 921	300 921	300 921	0	100,00%
TOTAL	7 276 326	6 747 912	6 740 098	-536 228	92,63%

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassam as receitas iniciais em 256.636 €, tendo contribuído sobretudo para esse aumento, a variação positiva dos rendimentos de propriedade e as transferências correntes, compensado assim a variação negativa verificada sobretudo ao nível dos impostos diretos e da venda de bens e serviços correntes.

No que diz respeito aos valores cobrados o grau de execução da receita corrente é de 104,29%. Este desvio positivo resulta sobretudo da variação positiva das rubricas referidas anteriormente ("Rendimentos de Propriedade" e "Transferências Correntes").

As receitas de capital contribuíram com um desvio negativo de 789.799 €, devido sobretudo, à rubrica FEDER, que foi prevista em orçamento inicial e não foi liquidada.

Em resumo verificou-se que as receitas correntes contribuíram com um desvio positivo de 248.261 € e as receitas de capital com um desvio negativo de 789.799 €, verificando-se, portanto, no total, um desvio negativo de 536.228 €, o que equivale a uma taxa de execução da receita de 92,63%.

Quadro 17 - Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação	Valor €
Receita orçada	7 276 326
Receita liquidada	6 747 912
Receita cobrada	6 743 793
Receita liquidada e não cobrada	144 998

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 144.998€. Nos créditos a favor do Município de Fornos de Algodres estão refletidos, os montantes em débito de cobrança das faturas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

4.3 – Evolução da Receita

Quadro 18 - Evolução da Receita Global Cobrada

Designação	2019 €	Peso %	2018 €	Variação 18-19 %
Impostos Diretos	670 173	10,41%	647 160	3,56%
Impostos Indiretos	5 263	0,08%	4 381	20,12%
Taxas, multas e outras penalidades	115 804	1,80%	112 353	3,07%
Rendimentos de propriedade	287 515	4,47%	237 277	21,17%
Transferências Correntes	4 429 422	68,79%	3 957 019	11,94%
Venda de bens e serviços correntes	412 262	6,40%	412 365	-0,02%
Outras receitas correntes	109 291	1,70%	99 200	10,17%
Receitas correntes	6 029 730	93,64%	5 469 756	10,24%
Vendas de bens de investimento	0	0,00%	1 000	-100,00%
Transferências de capital	402 037	6,24%	407 763	-1,40%
Passivos Financeiros	0	0,00%	1 150 564	-100,00%
Receitas de capital	402 037	6,24%	1 559 327	-74,22%
Total das receitas s/ reposições	6 431 767	99,88%	7 029 082	-8,50%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	7 410	0,12%	1 541	380,72%
Total das receitas com reposições	6 439 177	100,00%	7 030 624	-8,41%
Saldo da gerência anterior	300 921	4,50%	802 510	-62,5%
Total	6 740 098	100,00%	7 833 134	-13,95%

No ano de 2019 a receita cobrada diminuiu 13,95% (1.093.036 €), face ao ano de 2018.

Este decréscimo, verificado em termos globais, decorre sobretudo da variação negativa da rubrica "Passivos Financeiros", referente à entrada do Capital do FAM, para pagamento de passivos contingentes em 2018, no valor de 1.205.394 €.

Quadro 19 - Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Designação	2019				2018	Variação 18-19 %
	Orçado €	Executado €	Desvio €	Taxa de Execução %	Executado €	
Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	515 000	487 289	-27 711	94,62%	482 638	0,96%
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	95 000	98 738	3 738	103,93%	95 647	3,23%
Imposto Municipal sobre transm. Onerosos imóveis (IMT)/SISA	63 000	63 004	4	100,01%	41 767	50,85%
Derrama	23 000	24 838	1 838	107,99%	27 109	-8,38%
Impostos diretos	696 000	673 868	-22 132	96,82%	647 160	4,13%
Mercados e feiras	100	3 147	-3 047	3147,00%	2 772	n/a
Loteamentos e obras	100	0	-100	0,00%	0	n/a
Ocupação da via pública	1 500	24	-1 476	1,60%	24	n/a
Publicidade	1 000	0	-1 000	0,00%	0	n/a
Outros	2 300	2 092	-208	90,95%	1 585	31,94%
Impostos indiretos	5 000	5 263	263	105,26%	4 381	20,12%
Mercados e feiras	14 000	11 783	-2 217	84,16%	11 654	1,11%
Loteamentos e obras	9 000	4 552	-4 448	50,58%	5 498	-17,20%
Ocupação da via pública	1 200	1 204	4	100,33%	586	105,46%
Saneamento	100	0	-100	0,00%	0	n/a
Outras	96 600	88 879	-7 721	92,01%	92 734	-4,16%
Multas e outras penalidades	3 000	5 404	2 404	180,13%	1 881	187,23%
Taxas, multas e outras penalidades	123 900	111 821	-12 079	90,25%	112 353	-0,47%
Total	824 900	790 952	-33 948	95,88%	763 895	3,54%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo registado um aumento de 3,54 % em relação ao ano de 2018.

Este comportamento positivo da receita fiscal é sobretudo explicado pelo aumento da arrecadação de receita com o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas Imóveis (IMT), que teve uma variação positiva de 50,85% (21.237 €).

Entre as receitas fiscais destacam-se, portanto, os impostos diretos, cujo valor arrecadado foi superior em 26.708 € ao executado em 2018, tendo uma evolução positiva de 4,13% relativamente ao ano transato.

Nas taxas, multas e outras penalidades regista-se uma ligeira diminuição de 0,47%, influenciadas pelo desvio negativo verificado sobretudo na rúbrica "Outras".

Quadro 20 - Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio €	Taxa de Execução %
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %		
Terrenos	400	0,03%	0	0,00%	-400	0,00%
Habitacões	400	0,03%	0	0,00%	-400	0,00%
Edifícios	400	0,03%	0	0,00%	-400	0,00%
Outros bens de investimento	2 200	0,18%	0	0,00%	-2 200	0,00%
Venda de bens de investimento	3 400	0,28%	0	0,00%	-3 400	0,00%
Fundo de equilibrio financeiro	402 037	33,67%	402 037	98,19%	0	0,00%
FEDER	786 399	65,87%	0	0,00%	-786 399	0,00%
Transferências de Capital	1 188 436	99,54%	402 037	98,19%	-786 399	33,83%
Passivos Financeiros	100	0,01%	0	0,00%	-100	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 000	0,17%	7 410	1,81%	5 410	270,51%
Total	1 193 936	100,00%	409 447	100,00%	-784 389	34,29%

As receitas de capital registaram, em 2019, um decréscimo de 784.389 €, devido sobretudo á rúbrica FEDER, que foi prevista em orçamento inicial e não foi liquidada.

4.4 - Transferências e Subsídios obtidos

Quadro 21 - Receita Proveniente de Transferências

Transferências	2019		2018		Variação 18-19 %
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
FEF/FSM/ Participação fixa no IRS	4 535 068	94,88%	4 286 368	98,22%	5,80%
Correntes	4 133 031	86,47%	3 878 605	88,87%	6,56%
Capital	402 037	8,41%	407 763	9,34%	-1,40%
Fundos Comunitários	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Correntes	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros contratos programa / Protocolos	244 736	5,12%	77 774	1,78%	214,68%
Correntes	244 736	5,12%	77 774	1,78%	214,68%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Transferências					
Correntes	4 377 767	91,59%	3 956 379	90,66%	10,65%
Capital	402 037	8,41%	407 763	9,34%	-1,40%
Total	4 779 804	100,00%	4 364 142	100,00%	9,52%

Analisando o Quadro 21 concluímos que ocorreu uma variação positiva de 9,52% (415.662 €) no total das receitas proveniente de transferências quando comparado com o ano de 2018.

Esta variação resulta essencialmente do acréscimo do valor recebido do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 22 - Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2018	300 921	135 501	436 422
Receitas arrecadadas	6 442 872	362 516	6 805 388
Despesas Pagas	6 343 984	363 695	6 707 679
Saldo a transitar para 2020	399 809	134 321	534 131

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 534.131 €, que se decompõe em 399.809€ de saldo de operações orçamentais e 134.321 € de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

Quadro 23 - Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	0
Retenção de impostos sobre rendimentos	13 689	150 821	152 709	11 801
Restantes impostos	353	2 148	2 485	16
Contribuições para a Segurança Social	13 129	190 338	189 005	14 461
Outras tributações	41	489	488	41
Sindicatos	1 562	18 720	18 683	1 599
Devedores e credores diversos	106 728	0	325	106 402
Total	135 501	362 516	363 695	134 321

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 24 - Garantias e Cauções

Descrição	Total
	€
Saldo Inicial	1 567 782
Cauções rececionadas	0
Cauções devolvidas	0
Saldo para a gerência seguinte	1 567 782

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

B – Situação Económico Financeira

6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2019.

Quadro 25 - Balanço Sintético

Designação	2019		2018		Variação 18-19	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Imobilizado	33 850 844	95,46%	35 325 565	96,14%	-1 474 721	-4%
Existências	7 940	0,00%	8 416	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	164 064	0,46%	159 269	0,43%	4 795	103%
Disponibilidades	534 131	1,51%	436 422	1,19%	97 709	22%
Acréscimos e diferimentos	903 415	2,55%	814 184	2,22%	89 231	111%
Ativo líquido	35 460 394	99,98%	36 743 856	99,98%	-1 283 461	-3%
Património	3 901 527	-89,72%	3 901 527	-89%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital	0	0,00%	0	0%	0	0%
Reservas	0	0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios	0	0,00%	0	0%	0	0%
Doações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Resultados	-8 250 005	189,72%	-8 298 196	189%	48 191	-1%
Fundos próprios	-4 348 477	100,00%	-4 396 669	100,00%	48 191	-1%
Provisões para riscos e encargos	2 577 100	6,47%	2 576 350	6,26%	750	100%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	26 374 340	66,25%	27 047 462	65,74%	-673 121	-2%
Dívidas a terceiros - curto prazo	825 700	2,07%	869 241	2,11%	-43 540	-5%
Acréscimos e diferimentos	10 031 731	25,20%	10 647 472	25,88%	-615 741	-6%
Passivo	39 808 872	100%	41 140 524	100%	-1 331 653	-3%

A diminuição de 3,00% do ativo líquido deve-se ao efeito da redução do imobilizado (-1.474.721 €).

Os fundos próprios apresentam uma ligeira melhoria em resultado da incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2019, em resultados transitados.

A redução de acréscimos e diferimentos (615.741 €), das dívidas a terceiros – curto prazo (43.540 €), e das dívidas a terceiros – médio e longo prazo (673.121 €) conjugado com o ligeiro aumento de Provisões para riscos e encargos (750 €), implicou uma redução do passivo no montante de 1.331.653 €, representado em valor percentuais uma diminuição do passivo em 3%.

Quadro 26 -Indicadores Economico Financeiros

	Indicadores	2019	2018
Estrutura do Ativo	Ativo Fixo/Ativo Total	95,46%	96,14%
	Ativo Circulante/Ativo Total	4,54%	3,86%
	Ativo Fixo/Ativo Circulante	2103,12%	2490,71%
Estrutura do Passivo	Recursos Permanentes/Passivo	168,68%	168,35%
	Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	100,29%	99,80%
	Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	6,36%	6,03%
	Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	6,34%	6,04%
Análise do Ativo Fixo	Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	128,35%	130,61%
	Amortizações do exercício/Varição do Imobilizado	266,84%	12153,88%
Análise do Passivo Exigível			
Coefficiente do Endividamento	Passivo Exigível/Fundos Próprios	-625,51%	-634,95%
Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo	Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	-18,99%	-19,77%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	-606,52%	-615,18%
	Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	75,71%	76,27%
Grau de Autonomia	Fundos Próprios/Ativo Total	-0,12	-0,12
Grau de Liquidez Geral	Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	1,9	1,82
Grau de Liquidez Imediata	Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,48	2,01
Grau de Solvabilidade	Ativo/Passivo Exigível	0,95	0,95

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2018. A diminuição em termos globais resulta da diminuição do ativo fixo relativamente ao ativo circulante por contrapartida do acréscimo do ativo circulante no ativo total.

Na estrutura do passivo constatou-se um ligeiro aumento de recursos permanentes comparativamente com o ano 2018, mantendo o mesmo a sua estrutura desconfortável, em função do elevado valor de dívida acumulada a terceiros de médio e longo prazo, que em 2019 é de 26.374.340 €.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, verifica-se uma melhoria (2,26%) face ao endividamento médio e longo prazo do Município de Fornos de Algodres.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2019 tem o valor de negativo de 0,12, o que se explica pelo facto da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, ter acumulado de 2004 a 2014 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, tendo no ano

2019 representam o valor acumulado de – 8.250.005 €. Assim a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, está comprometida nos próximos anos.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2019 de 1,90. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo, facto que se verifica no Município de Fornos de Algodres desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2019 é de 1,48 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade da empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1. O Grau de Solvabilidade em 2019 é de 0,95, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está tendencialmente a aproximar-se do valor de referência o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2019.

Quadro 27 - Demonstração dos Resultados por Natureza

Designação	2019		2018		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	18-19	
	€	%	€	%	€	%
Custos e perdas						
1 Custos merc. Vend. E das mat. Consumidas	188 011	2,65%	239 977	3,36%	-51 966	-21,65%
2 Fornecimentos e serviços externos	1 761 332	24,84%	1 687 163	23,63%	74 168	4,40%
3 Pessoal	1 841 418	25,97%	1 788 276	25,05%	53 142	2,97%
4 Transf. e subsídios correntes concedidos	350 033	4,94%	369 139	5,17%	-19 106	-5,18%
5 Amortizações do exercício	2 419 122	34,11%	2 358 647	33,04%	60 475	2,56%
6 Provisões do exercício	1 165	0,02%	89 729	1,26%	-88 564	-98,70%
7 Custos e perdas financeiras	481 415	6,79%	564 468	7,91%	-83 053	-14,71%
8 Outros custos	49 152	0,69%	41 063	0,58%	8 089	19,70%
Total	7 091 647	100,00%	7 138 461	100,00%	-46 814	-0,66%
Proveitos e ganhos						
9 Vendas e prestações de serviços	371 436	5,20%	423 069	5,66%	-51 633	-12,20%
10 Impostos e taxas	812 446	11,38%	757 191	10,13%	55 255	7,30%
11 Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
12 Transferências e subsídios correntes	4 933 360	69,10%	4 488 199	60,06%	445 161	9,92%
13 Proveitos financeiros	240 665	3,37%	235 923	3,16%	4 742	2,01%
14 Outros Proveitos	781 932	10,95%	1 568 277	20,99%	-786 345	-50,14%
Total	7 139 839	100,00%	7 472 658	100,00%	-332 819	-4,45%
Resultado líquido do exercício	48 191		334 197		-286 005	-85,58%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2019 apresentam, no seu conjunto, um ligeiro decréscimo de 46.814€ relativamente ao ano anterior.

O decréscimo das provisões do exercício em 88.564 € têm um peso muito significativo na diminuição dos custos.

Os Custos com Pessoal têm um peso nos custos da autarquia de 25,97 % e são superiores ao peso dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) nos custos totais.

Os proveitos diminuíram em 332.819 € em relação a 2018.

O decréscimo dos proveitos deve-se sobretudo à diminuição da rubrica Outros Proveitos no valor de 786.345 €.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 48.191 €.

É de salientar que do ano 2004 até ao ano 2014 o Município de Fornos de Algodres nunca registara resultados positivos, cenário que foi invertido no ano 2015, dando continuidade no ano 2019 ao ciclo de Resultados Líquidos positivos.

8. Dívida

8.1 – Dívida Global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

Quadro 28 - Evolução da Dívida Bancária

Dívida bancária	Capital em dívida	Capital em dívida	Variação 18-19	
	31/12/2019	31/12/2018	€	%
Médio Longo Prazo				
FAM	27 036 036,20	27 697 732,16	661 696	2,4%
Total	27 036 036,20 €	27 697 732,16 €	661 695,96 €	2,4%

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). No final do ano de 2019 esta dívida ascendia a 27.036.036,20 €, registando uma diminuição de 661.695,96 €.

8.2 – Serviço de Dívida

Quadro 29 - Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da dívida (MLP)	2019	2018	Variação 18-19	
			€	%
Juros	486 044	490 785	-4 740	-1,0%
Amortizações	661 696	640 910	20 786	3,2%
Total	1 147 740	1 131 694	16 046	1,4%

O total gasto no serviço da dívida foi de 1.147.740 €, no ano de 2019, que significa um aumento de 1,4 % face ao valor gastos em 2018.

8.3 – Dívida Total

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

Quadro 30 - Índices de Mecanismos de recuperação financeira

Divida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
(1) ≥ 1 e $\leq 1,5$	Facultativo	-
(2) $> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	Obrigatório	-
(2) > 1 e $< 2,25$	Obrigatório	-
(3) $\geq 2,25$ e ≤ 3	Obrigatório	-
(5) > 3	-	Obrigatório

A 31 de dezembro de 2019 o Município encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57 da Lei n.73/2013 de 3 de setembro, uma vez que a dívida total representa 4,96 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios.

A dívida total e o excesso de endividamento estão apresentados no quadro seguinte, estando contemplada quer a dívida do Município, quer a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total a que se refere o art.º 54º da Lei n.73/2013 de 3 de setembro, sendo a mesma provisória.

Quadro 31 - Limites do Endividamento

Rúbrica	Valor
Limite da dívida (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos)	8.185.217,65
Divida total	27.059.485,26
Divida a Terceiros – Médio e Longo Prazo	26.374.340,24
Divida a Terceiros – Curto Prazo	685.145,02
Excesso	18.874.267,61

9. Equilíbrio Orçamental

Conforme artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a star and the name 'Zitel'.

4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médios e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental a 31 de dezembro de 2019:

Quadro 32 -Equilíbrio Orçamental

Receita corrente bruta cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) +(3)	(5) = (4)-(1)
6.033.425,07 €	4.708.565,33€	821.162,70 €	5.529.728,03 €	- 503.697,04 €

Como se pode verificar, o Município cumpre o disposto no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 48.191,41 € tenha a seguinte aplicação:

48.191,41 € para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal,

Handwritten signature of António Manuel Pinheiro

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO – Relatório de Monitorização do FAM do ano 2019

1. ENQUADRAMENTO

O Município de Fornos de Algodres encontra-se numa situação de rutura financeira desde 30 de setembro de 2008, o que originou que em 17 de setembro de 2009 fosse publicado em Diário da República o seu Plano de Reequilíbrio Financeiro. Por sua vez, no dia 21 de janeiro de 2010, foi deliberado por unanimidade, em Assembleia Municipal, a concessão de autorização para contratação do empréstimo a médio e longo prazo, até ao limite de 35.000.000,00€, no âmbito desse mesmo Plano de Reequilíbrio Financeiro.

A Lei 53/2014 de 25 agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (FAM), tem como objetivo estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam ao Município atingir e respeitar o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2014, de 16 de julho, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira, tem de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e recorrer ao FAM.

Pelo que, a 23 de setembro de 2014 a Câmara Municipal de Fornos de Algodres reuniu ordinariamente, deliberando por unanimidade reconhecer a situação de rutura financeira e aceder ao FAM, em virtude das medidas aprovadas no Plano de Reequilíbrio Financeiro, se demonstrarem insuficientes para resolver a situação financeira da Autarquia.

Conforme disposto no artigo 29.º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, n.º 1, “ Os municípios prestam trimestralmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação necessária à monitorização do PAM, a qual é efetuada de acordo com a estrutura definida pela direção executiva ” e n.º 2 “A Informação relativa ao segundo e ao quarto trimestre e cada ano é acompanhada de certificação do auditor externo do Município, devendo incidir nomeadamente sobre o grau de cumprimento dos objetivos do PAM.”

Informa o artigo 9.º da Lei 53/2014, alínea d, que versa sobre as Competências da direção executiva, que a mesma deverá “Monitorizar a execução dos PAMs”.

Assim, no sentido de ser prestada a devida informação respeitante à execução do Programa de Ajustamento Municipal de Fornos de Algodres, é elaborado o presente relatório, sintetizando a mesmas pelas três áreas de atuação:

1. Reequilíbrio Orçamental;
2. Plano de reestruturação da dívida;
3. Assistência Financeira.

2. REEQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Conforme artigo 34º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, que define o objetivo do mesmo, as medidas de reequilíbrio orçamental constantes do PAM visam a racionalização da despesa e a maximização da receita municipal, bem como a otimização da gestão do seu património.

Para cumprimento deste objetivo principal foram definidas várias medidas acordadas entre o Município e o FAM nomeadamente os limites quantitativos trimestrais da execução orçamental da receita e da realização de despesas, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos vigência do PAM.

No presente ponto, detalha-se a execução de cada uma das medidas no período em apreço, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

Assim, conforme clausulado no Contrato PAM, o qual contempla todas as medidas de reequilíbrio orçamental contratualizadas, apresentamos a execução acumulada do 4º Trimestre de 2019.

2.1 Receita

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da receita, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da receita:

1 – O Município compromete-se a manter a participação variável no IRS à taxa máxima, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a Participação Fixa no IRS a cobrar em 2019, em 5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 03 de agosto de 2018, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2018.

No 4º trimestre a execução fixou-se em 99,37 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
06030103	Participação Fixa no IRS	92.000 €	91.420 €

2 – O Município compromete-se a manter a taxa máxima de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a taxa de Derrama a cobrar em 2019, no limite máximo de 1,5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 03 de agosto de 2018, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2018.

No 4º trimestre a execução fixou-se em 118 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
010205	Derrama	21.000 €	24.837€

3 – O Município compromete-se a manter a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no nível máximo, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a taxa de IMI a cobrar em 2019, no limite máximo, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 03 de agosto de 2018, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2018.

No 4º Trimestre, a execução fixou-se em 115 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	425.000 €	487.289 €

4 – O Município compromete-se a não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e de derrama, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que foram deliberadas em 2018 para aplicação em 2019 das taxas máximas previstas no CIMI e na proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2019.

5 – O Município compromete-se a revogar benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja de competência do município, bem como a abster-se quanto à concessão de benefícios durante o prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que, no presente exercício, não existem benefícios fiscais e isenções de taxas em vigor que possam ser objetos de revogação.

6- O Município compromete-se a incorporar nos preços a cobrar pelo Município nos sectores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida estabelecida no PAM. Atualmente estão a ser aplicados preços de acordo com as recomendações da ERSAR.

No 4º Trimestre a execução fixou-se em 89%, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
070108	Mercadorias	432.000 €	164.040 €
07020901	Saneamento		116.107 €
07020902	Resíduos Sólidos		103.121 €

7 – O Município compromete-se a implementar medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município, designadamente no que se refere á arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretivas municipais, com os impactos por ano.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

Em termos acumulados, no 4º trimestre a execução fixou-se em 95 %, face ao contratualizado com o PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
02	Impostos indiretos	6.000 €	5.263 €
04	Taxas, multas e outras penalidades	127.000 €	116.908 €
07	Venda de bens e serviços correntes	432.000 €	415.732 €

8 – O Município compromete-se a atualizar anualmente o regulamento e respetiva tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a atualização das taxas municipais, de acordo com taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 03 de agosto de 2018, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2018.

9 – O Município compromete-se a dinamizar espaços e equipamentos municipais com vista à arrecadação de receita com aluguer dos mesmos, com os impactos, por ano.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

Em termo absolutos, no período em análise, a execução fixou-se em 107 %, face ao contratualizado com o PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
05	Rendimentos de Propriedade	269.000 €	287.600 €

10 – O Município compromete-se a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento.

Classificação Económica	Receita	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
09	Vendas de Bens de investimento	0 €	0 €

11 – O Município compromete-se a efetuar as comunicações legalmente necessárias e previstas na lei e nos termos e para os efeitos previstos no número acima, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo informar o FAM, das mesmas ao abrigo da monitorização do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, dado que as comunicações estão a ser reportadas atempadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no que respeita à fixação das taxas de IMI, Derrama, Participação variável no IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

2.2 Despesa

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da despesa, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da despesa:

12 – O Município compromete-se a racionalizar a despesa realizada com pessoal até 2019, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada com pessoal, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior á taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município não cumpriu com a obrigação imposta em termos de reequilíbrio orçamental, justificada pelo descongelamento de carreiras, constante no PAM, conforme quadro:

Classificação Económica	Despesa	4º T 2019	PAM 4º T 2019	Desvio	
				Valor	%
01	Despesas com Pessoal	1.838.070 €	1.798.858 €	39.212	2,18%

13 – O Município compromete-se com a monitorização, pelo prazo de vigência do PAM, de encargos variáveis ou eventuais, designadamente trabalho extraordinário, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por norma a respeitar os limites de despesas contantes nos Mapas e o disposto no número anterior.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, verificando-se um desvio negativo face ao contratualizado no PAM de 1.313 €, que representa um desvio percentual de -6,3 %, conforme quadro:

Classificação Económica	Despesa	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
020102	Abonos variáveis ou eventuais	22.280 €	20.967 €

14 – O Município compromete-se a reduzir o número de postos de trabalho até 2019 de acordo com o quadro seguinte:

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Pessoal ao serviço do município	93	93	93	89
(n.º trabalhadores)				

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM. No final do 1º trimestre do ano de 2019, segundo o PAM, o Município não poderia ter mais de 89 colaboradores ao serviço, nesta data supera-se o previsto, visto que o Município tem 88 colaboradores no quadro de pessoal.

15 – O Município compromete-se a não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu parcialmente com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, conforme demonstrado nos pontos 12 e 13 do subcapítulo 2.2 - Despesa. O ponto 12, não foi cumprido, mas o desvio não foi muito significativo, cerca de 2%.

16 – O Município compromete-se a proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo não superior à taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reequilíbrio orçamental constantes no PAM, conforme quadro:

Classificação Económica	Despesa	2019 – 4º Trimestre	
		PAM	Executado
020701	Investimentos	626.322 €	624.757 €

17 – A taxa de inflação a considerar para efeitos dos números anteriores é a constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado do ano a que diz respeito.

O Município de Fornos de Algodres, respeitou os limites impostos nos números 12 a 16.

3. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

18 – O Município compromete-se a respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do PRD (vd., anexo a).

Relativamente a esta medida o Município, respeitou os acordos de reestruturação da dívida com os credores (Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, José Severino Soares Miranda, Andrades, Lda; Lopes e Irmão, Lda e Boletto & Pinto, Lda).

19 – O Município compromete-se a verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívida aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reestruturação financeira constantes em PAM.

O Município verifica a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

20 – A Lista com a relação global dos créditos objeto de reestruturação, a identificação dos credores e os termos das alterações acordadas e designadamente, a quantificação da redução da dívida.

A lista com a relação global dos créditos, encontra-se no anexo A.

4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

21 - Ao abrigo do artigo 43.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, foi acordada a assistência financeira, através de empréstimo, até ao montante de 32.620.056,73 € (Trinta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e cinquenta e seis euros e setenta e três cêntimos), pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 € (Vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017.

O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

7
M. S.
R. C.
E
M

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 € (Trinta e três mil, quinhentos e oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 15/01/2018 a José Severino Soares Miranda.

O 3º desembolso do PAM, ocorreu em 05/04/2018, no valor de 68.142,00 € (Sessenta e oito mil, cento e quarenta e dois euros), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 99/15.5BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 24/04/2018 ao fornecedor Andrades, Lda.

O 4º desembolso do PAM, ocorreu em 14/08/2018, no valor de 1.082.421,68 € (Um milhão e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um euros e sessenta e oito cêntimos), que foi utilizado para pagamento de passivos contingentes, dos processos judiciais:

- N.º 538/14.2BECTB, no valor de 336.075,78 € O referido valor foi liquidado a 16/08/2018 ao fornecedor Boletto & Pinto, Lda;
- N.º 346/14.0BECTB, 340/14.1 BECTB;347/14.9 BECTB;350/14.9 BECTB;345/14.2 BECTB;339/14.8 BECTB;341/14.0 BECTB;342/14.8 BECTB;343/14.6 BECTB;344/14.4 BECTB;348/14.7 BECTB;349/14.5 BECTB;351/14.7 BECTB, no valor global de 746.345,90 €. O referido valor foi pago no dia 31/08/2018 ao fornecedor Lopes & Irmão, Lda.

7
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Mapa 1 – Medidas do Executivo para cumprimento do Plano

Medidas	Natureza (permanente/temporária)	Alínea (*)	Impactos previstos		Justificação
			Descrição	2019 (em €)	
i) Instituir medidas de controlo para a requisição de compra de peças	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	7	O município cumpriu a medida (face ao PAM)
ii) Instalação de contadores de água nos edifícios municipais e rotundas por forma a controlar os consumos efetivos de água do Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	25	O município concluiu o levantamento dos edifícios municipais e outros para instalação de contadores de água.
iii) Instituir medidas de controlo nas reparações de automóveis (requisitar 3 orçamentos diferentes antes de efetuar reparação)	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na manutenção da frota automóvel	30	O município não cumpriu a presente medida, devido ao parque automóvel se encontrar obsoleto. No entanto os serviços procuram sempre o melhor preço para a reparação.
iv) Renegociação dos contratos com os taxistas	Permanente	k)	Redução dos custos de transporte	7	O Município renegociou contratos de transportes escolares no ano de 2015.
v) Instituir medidas de controlo aos consumos efetivos Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente dos montantes faturados pela AZC e Resiestreia ao Município.	-	O Município encetou uma ação judicial contra as AZC, reclamando os valores faturados. Aguarda Decisão Judicial.
vi) A CMFA pretende instalar iluminação LED em alguns locais do município	Permanente	k)	Redução dos consumos de eletricidade	18	Protocolo assinado com EDP Distribuição, -Energia S.A., em 11/12/2017 para colocação de Luminárias LED em todo o concelho. O



Relatório de Gestão 2019

					reflexo em valor do impacto só será refletido em 2020.
vii) Contratação de um colaborador cuja responsabilidade passará por fiscalizar as atividades comerciais do Município.	Permanente	i)	Arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretrizes municipais (outdoors, publicidade, etc)	10	O Município não cumpriu com a presente medida, por não poder contratar nem alocar (devido ao reduzido número) funcionários para a realização desta função.
viii) Dinamizar espaços e equipamentos municipais com entidades externas ao Município	Permanente	g)	Arrecadação de receita com aluguer dos espaços a instituições do Município (por um valor simbólico) e a instituições externas ao Município	3	O Município compromete-se, durante o ano de 2020, a cumprir na íntegra com esta medida.



Mapa 2: Limites quantitativos da Receita

Capítulo	Grupo	Artigo	Sub-artigo	Designação	Execução a 31/12/2015	PAM 4º Trimestre 2019	Execução 4º Trimestre 2019	Variação
				RECEITAS CORRENTES	5 349	5 487	6 038	551
01				Impostos diretos	743	550	674	124
01	02	02		IMI	551	425	487	62
01	02	03		Imposto único de circulação	88	74	99	25
01	02	04		IMT	83	29	63	34
01	02	05		Derrama	21	21	25	4
01	02	07		Impostos abolidos	-	-	-	-
01	02	99		Impostos diretos diversos	-	-	-	-
02				Impostos indiretos	1	6	5	(1)
04				Taxas, multas e outras penalidades	116	127	117	(10)
05				Rendimentos da propriedade	217	269	288	19
06				Transferências correntes	3 797	3 961	4 429	468
				<i>Das quais:</i>				-
06	01	02		Sociedades e quase-sociedades não financeiras (*)	2	4	2	(2)
06	03	01	01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 460	3 536	3 921	385
06	03	01	02	Fundo Social Municipal	121	124	121	(3)
06	03	01	03	Participação fixa no IRS	90	92	91	(1)
06	03	01	99	Outras (*)	77	125	210	85
06	03	06		Estado - Participação comunitária proj. cofinanciados	17	27	49	22
06	06	01		Segurança social (*)	13	13	31	18
06	08	01		Famílias (*)	18	40	4	(36)
07				Venda de bens e serviços correntes	461	432	416	(16)
08				Outras receitas correntes	14	143	109	(34)
				RECEITAS DE CAPITAL	408	486	402	(84)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' at the top right and several illegible signatures below it.

09				Venda de bens de investimento	-	-	-	-
10				Transferências de capital	408	486	402	(84)
				Das quais:				-
10	03	01	01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	384	393	402	9
10	03	07		Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	24	93	-	(93)
10	03	08		Serviços e Fundos Autónomos	-	-	-	-
11				Ativos financeiros	-	-	-	-
12				Passivos Financeiros	-	-	-	-
13				Outras receitas de capital	-	-	-	-
15				Reposições não abatidas nos pagamentos	0	2	7	5
TOTAL DAS RECEITAS					5 757	5 975	6 447	472
TOTAL DAS RECEITAS (Após inserção do Saldo de Gerência Anterior)							6 748	773

Como se pode verificar pelo quadro anterior, no geral os limites quantitativos da receita, referente ao 4º Trimestre de 2019, apresentam uma execução orçamental superior ao previsto no PAM.

As receitas correntes apresentam um acréscimo de 472 k € face ao PAM, que resulta essencialmente do aumento das Transferências Correntes.

Em sentido contrário, as receitas de capital, apresentam um desvio negativo de 84k €, resultado essencialmente da não arrecadação de receita proveniente da participação comunitária em projetos cofinanciados.

Em termos gerais, a receita efetivamente arrecadada apresenta um desvio positivo de 472€, face ao contratualizado no PAM. (Excluindo a inserção do Saldo de Gerência Anterior).

Mapa 3: Limites quantitativos da despesa

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Despesas	Execução a 31/12/2015	PAM 4º Trimestre 2019	Execução a 31/12/2019	Varição
			DESPESAS CORRENTES	3 795	4 014	4 709	694

01			Despesas com o pessoal	1 775	1 799	1 838	39
01	01		Remunerações certas e permanentes	1 349	1 382	1 404	22
01	02		Abonos variáveis ou eventuais	35	23	21	- 2
01	03		Segurança social	390	394	413	19
02			Aquisição de bens e serviços	1 257	1 509	2 020	511
02	01		Aquisição de bens	241	405	508	103
02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	-	-	-	-
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	71	62	81	19
02	01	03	Munições, explosivos e artificios	-	-	-	-
02	01	04	Limpeza e higiene	20	20	16	- 5
02	01	05	Alimentação - Refeições confeccionadas	107	69	77	8
02	01	06	Alimentação - Géneros para confeccionar	-	-	-	-
02	01	07	Vestuário e artigos pessoais	-	-	7	7
02	01	08	Material de escritório	5	6	5	- 1
02	01	12	Material de transporte - Peças	4	4	3	- 1
02	01	14	Outro material - Peças	19	20	14	- 6
02	01	15	Prémios, condecorações e ofertas	5	8	18	9

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

02	01	16	Mercadorias para venda	-	172	218	46
02	01	17	Ferramentas e utensílios	0	1	0	- 1
02	01	18	Livros e documentação técnica	0	-	1	1
02	01	19	Artigos honoríficos e de decoração	0	-	0	0
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	1	9	5	- 4
02	01	21	Outros bens	9	32	63	31
02	02		Aquisição de serviços	1 016	1 105	1 513	408
02	02	01	Encargos das instalações	169	190	161	- 30
02	02	02	Limpeza e higiene	-	-	-	-
02	02	03	Conservação de bens	77	42	50	8
02	02	04	Locação de edifícios	-	-	-	-
02	02	05	Locação de material de informática	-	-	-	-
02	02	06	Locação de material de transporte	-	-	-	-
02	02	08	Locação de outros bens	-	1	-	- 1
02	02	09	Comunicações	20	19	31	12
02	02	10	Transportes	194	167	176	9
02	02	11	Representação dos serviços	2	6	1	- 5



02	02	12	Seguros	37	32	56	24
02	02	13	Deslocações e estadas	7	2	6	4
02	02	14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	28	37	53	16
02	02	15	Formação	-	1	6	5
02	02	16	Seminários, exposições e similares	0	2	4	2
02	02	17	Publicidade	5	6	21	15
02	02	18	Vigilância e segurança	1	1	3	2
02	02	19	Assistência técnica	15	15	31	16
02	02	20	Outros trabalhos especializados	182	337	279	- 58
02	02	22	Serviços de saúde	2	2	3	1
02	02	24	Encargos de cobrança de receitas	18	13	16	3
02	02	25	Outros serviços	259	231	617	386
03			Juros e outros encargos	657	575	488	- 87
03	01		Juros da dívida pública	650	560	486	- 74
03	01	03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	650	560	486	- 74
03	01	05	Administração pública central - Estado	-	-	-	-
03	01	06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	-	-	-	-

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

03	02		Outros encargos correntes da dívida pública	-	-	-	-
03	03		Juros de locação financeira	-	-	-	-
03	04		Juros tributários	-	-	-	-
03	05		Outros juros	1	6	-	-6
03	06		Outros encargos financeiros	6	9	2	-7
04			Transferências correntes	98	120	353	233
			<i>Das quais:</i>		-		-
04	01	01	Públicas	36	49	-	-49
04	01	02	Privadas	-	-	-	-
04	05		Administração Local	-	-	70	70
04	07		Instituições sem fins lucrativos	60	57	120	63
04	08		Famílias	2	14	163	149
05			Subsídios	-	-	-	-
			<i>Dos quais:</i>		-	-	-
05	01	01	Públicas	-	-	-	-
05	01	03	Privadas	-	-	-	-
05	08		Famílias	-	-		-

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a star symbol at the top.

06			Outras despesas correntes	8	11	9	- 2
			DESPESAS DE CAPITAL	1 785	1 911	1 635	- 275
07			Aquisição de bens de capital	389	1 048	951	- 97
07	01		Investimentos	369	626	625	- 2
07	02		Locação financeira	-	67	-	- 67
07	03		Bens de domínio público	20	354	326	- 28
08			Transferências de capital	-	-	-	-
09			Ativos financeiros (*)	46	47	23	- 24
10			Passivos financeiros	1 350	816	662	- 154
			<i>Dos quais:</i>		-		-
10	06		Empréstimos a médio e longo prazos	1 350	816	662	- 154
10	06	03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	-	-		-
10	06	05	Administração pública central - Estado	-	-		-
10	06	06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	-	-		-
11			Outras despesas de capital	-	-		-
			TOTAL DAS DESPESAS	5 580	5 925	6 344	419

No geral a execução das despesas apresenta valores superiores ao previsto no PAM.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em termos globais, a execução orçamento no período em apreço, apresenta um desvio positivo relativamente ao contratualizado com o PAM, no valor de 419k€.

O Município de Fornos de Algodres, no acumulado do 4.º trimestre do ano, executou mais despesa corrente do que o previsto no PAM, devendo-se colmatar necessidades urgentes e inadiáveis para com o bem-estar dos munícipes.

Mapa 4 - Análise da evolução do mapa de pessoal

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Proposta PAM	93	93	93	89
Quadro de Pessoal Município	92	90	90	88

Conforme demonstrado o Município de Fornos de Algodres, tem vindo a reduzir número de postos de trabalho.

Mapa 5 – Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida

	Previsto no PAM	Executado a 31/12/2019
1 Dívida Total (1=2+11)	32 620 000,00 €	27 207 364,00 €
2 Dívida do Município (2=3+4+...+10)	32 620 000,00 €	27 202 172,00 €
3 Dívida a fornecedores	- €	- €
4 Dívida a fornecedores curto prazo	- €	166 136,00 €
5 Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €
6 Dívida Bancária	- €	- €
7 Curto prazo	- €	- €
8 Médio e longo prazo	32 620 000,00 €	27 036 036,00 €
Empréstimo CGD / BCP		- €
FAM	32 620 000,00 €	27 036 036,00 €
9 Dívidas ao Estado	- €	- €
10 Dívida a outras entidades	- €	- €
11 Dívida de Entidades Participadas (11=12+13+...+19)	- €	5 192,00 €
12 Dívida a fornecedores	- €	- €

Handwritten signatures and initials in blue ink.



**FORNOS DE
ALGODRES**
MUNICÍPIO

Relatório de Gestão 2019

13	Dívida a fornecedores curto prazo	- €	5 192,00 €
14	Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €
15	Dívida Bancária	- €	- €
16	Curto prazo	- €	- €
17	Médio e longo prazo	- €	- €
18	Dívidas ao Estado	- €	- €
19	Dívida a outras entidades	- €	- €

Serviço da dívida (juros + amortizações)	1 349 000,00 €	1 072 619,85 €
Rácio da Dívida Total	558,10%	498,96%
Passivos contingentes do Município	- €	2.577.099,86 €
Passivos contingentes das Entidades Participadas	- €	- €
Serviço da dívida/Receita efetiva	23,07%	21,03%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2019 e o Balanço Final de 2018.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica Económica.

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Fornos de Algodres

N.º de Identificação Fiscal: 505.592.959

Estrada Nacional 16

Apartado 15

6370-999 Fornos de Algodres

Composição do Órgão Executivo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereador – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – PSD

Composição do Órgão Deliberativo entre 01 de janeiro e 31 de dezembro:

Presidente: Carlos Manuel Andrade Costa

Secretário: António José Elvas da Rocha

Secretário: Manuel Gonçalves dos Santos

Estrada Nacional 16 * Apartado 15 * 6370-999 Fornos de Algodres

Tel. + 351 271 700 060 * Fax. + 351 271 700 068

geral@cm-fornosdealgodres.pt * www.cm-fornosdealgodres.pt

Pln.CMFA.22.01

50 / 68



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ribeiro' and 'P. Ribeiro']

8.1.2 – Legislação

A lei 73/2013 de 12 de setembro vem regulamentar regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revogar a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro.

Assim a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro determina que os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A contabilidade das autarquias locais respeita o POCAL, e visa:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- e) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- f) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

O despacho n.º 675/2013, de 10 de janeiro vem regulamentar a Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

A Câmara Municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas nos artigos 34.º e 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O artigo 24.º da lei 75/2013 de 12 de setembro circunscreve à Assembleia Municipal competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento. A alínea a) do número 2 do artigo 25.º concede à assembleia municipal as competências de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências.

8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei 75/2013 de 12 de setembro nomeadamente nos artigos 34.º e 35.º.

8.1.5 - Recursos Humanos

Ao abrigo do artigo 234.º da lei 1/2001 os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respetivos cargos são os seguintes:

Quadro 33 – Responsáveis da Entidade

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
António Manuel Pina Fonseca	Presidente	30.331,27 €	01/01/2019 31/12/2019	Estrada Nacional 16 6370 - Fornos de Algodres
Alexandre Filipe Fernandes Lote	Vice-Presidente	28.380,73 €	01/01/2019 31/12/2019	Estrada Nacional nº 16 6370 – Fornos de Algodres
Bruno Henrique Figueiredo Costa	Vereador a tempo inteiro	24.858,67 €	01/01/2019 31/12/2019	Bairro do Valado nº 61 6370-041 Figueiró da Granja
Rita Isabel Almeida Silva	Vereadora	---	01/01/2019 31/12/2019	Bairro Santa Eugénia, Lote 18, 1º Dto 3500-034 Viseu
Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues	Vereadora	---	01/01/2019 31/12/2019	Rua Zona Sul lote 2º, 2º Esquerdo 6370-174 Fornos de Algodres

(Handwritten signatures and initials)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.1.6 - Organização Contabilística

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL conjugados com os procedimentos constantes na Norma de Controlo Interno.

Os sistemas informáticos existentes Município de Fornos de Algodres e adstritos à contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT) e Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) da Associação Informática de Região Centro (AIRC).

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2019. Foram igualmente registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2019. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtido a título gratuito estão registados pelo valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série).

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira.

O Município de Fornos de Algodres não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2019 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de projetos.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Quadro 34 - Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates +Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	226 045,44 €	- €	- €	- €	€	226 045,44 €
Edifícios	- €	- €	- €	- €	€	- €
Outras Construções e Infraestruturas	32 745 520,89 €	- €	331 124,30€	- €	€	33 076 645,19€

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Bens do património histórico, artístico e cultural	162 397,09 €	- €	8 050,00 €	- €	€	-	170 447,09 €
Outros bens de domínio público	253 533,28 €	- €	99 701,58 €	- €	€	-	353 234,86 €
Imobilizações em Curso	324 746,26 €	- €	119 455,22€	- €	€	-	444 201,48 €
Adiantamentos por Conta de Bens de domínio Público	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Subtotal	33 712 242,96 €	- €	558 331,10€	- €	€	-	34 270 574,06€
De Imobilizações incorpóreas							
Despesas de instalação	27 518,79 €	- €	- €	- €	€	-	27 518,79 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	150 910,95 €	- €	15 577,06 €	- €	€	-	166 488,01 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	- €	€	-	29 546,28 €
Imobilizações em Curso	50 184,00 €	- €	47 478,00 €	- €	€	-	97 662,00 €
Adiantamentos por conta de Imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Subtotal	258 160,02 €	- €	63 055,06 €	- €	€	-	321 215,08 €
De Imobilizações corpóreas							
Terrenos e Recursos Naturais	1 324 077,00 €	- €	- €	- €	€	-	1 324 077,00 €
Edifícios e Outras Construções	27 352 061,49 €	- €	103 530,80€	- €	€	-	27 455 592,29€
Equipamento Básico	966 220,22 €	- €	126 527,57€	- €	€	-	1 092 747,79 €
Equipamento de Transporte	1 107 189,78 €	- €	- €	- €	€	-	1 107 189,78 €
Ferramentas e Utensílios	154 741,89 €	- €	1 820,00 €	- €	€	-	156 561,89 €

7

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Equipamento administrativo	1 185 850,44 €	- €	91 136,48 €	- €	€	3 402,45	1 273 584,47 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	201 846,19 €	- €	- €	- €	€	-	201 846,19 €
Imobilizações em Curso	2 103,30 €	- €	- €	- €	€	-	2 103,30 €
Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Subtotal	32 294 090,31 €	- €	323 014,85€	- €	-	3 402,45€	32 613 702,71€
De Investimentos Financeiros							
Partes de Capital	211 920,00 €	- €	- €	- €	€	-	211 920,00 €
Obrigações e Títulos de Participação	205 659,00 €	- €	- €	- €	€	-	205 659,00 €
Investimentos em imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Investimentos em imóveis - Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Outras Aplicações Financeiras - Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Outras Aplicações Financeiras - Títulos de Dívida Pública	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Outras Aplicações Financeiras - Outros Títulos	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	€	-	- €
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	€	-	- €



Handwritten notes and signatures:
 2/2/19
 [Signature]

417 579,00 € - € - € - € € 417 579,00 €

Quadro 35 - Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público				- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	20 879 567,50 €	1 630 647,41 €	- €	22 510 214,91 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	6 844,24 €	954,25 €	- €	7 798,49 €
Outros bens de domínio público	11 159,15 €	17 081,42 €	- €	28 240,57 €
Subtotal	20 897 570,89 €	1 648 683,08€	- €	22 546 253,97 €
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	20 436,33 €	7 082,46 €	0	27 518,79 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	134 396,62 €	13 622,06 €	- €	148 018,68 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €		29 546,28 €
Subtotal	184 379,23 €	20 704,52 €	- €	205 083,75 €
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	90,00 €	- €	- €	90,00 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>				
Edifícios	5 606 736,81 €	421 286,92 €	- €	6 028 023,73 €
Outras Construções	1 524 744,38 €	113 559,90 €	- €	1 638 304,28 €
Equipamento Básico	761 834,62 €	- €	146 318,51 €	908 153,13 €
Equipamento de Transporte	1 001 033,36 €	20 615,33 €	- €	1 021 648,69 €
Ferramentas e Utensílios	148 212,38 €	2 125,01 €	- €	150 337,39 €
Equipamento administrativo	1 070 038,38 €	- €	41 860,78 €	1 111 899,16 €

Handwritten signatures and initials:
A
M...
R...
B...
H...

Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	161 867,33 €	192 146,78 €	- 191 581,74 €	162 432,37 €
Subtotal	10 274 557,26 €	749 733,94 €	- 3 402,45 €	11 020 888,75€
De Investimentos em Imóveis				
Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
De Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	- €	- €	- €	- €
Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €
Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €
Títulos da Dívida Pública	- €	- €	- €	- €
Outros Títulos	- €	- €	- €	- €

8.2.8 – Desagregação das rúbricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Contudo, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício.

O ativo imobilizado integra alguns bens imóveis utilizados pelo Município, mas cujo registo da sua titularidade junto da Conservatória de Registo Predial ainda não foi efetuado, estando em curso os necessários procedimentos para a sua regularização.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

- a) Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos por contrato de concessão os equipamentos relativos à distribuição de Água em alta e às ETAR's

- b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável

- c) Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

A inventariação dos bens não valorizados foi realizada pela empresa Sight Portuguesa, Lda., estando os critérios e os motivos transcritos no relatório final.

8.2.16 – Entidades Participadas

Quadro 36 - Entidades Participadas

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
Águas do Zêzere e Côa	505115042	Guarda	116.550,00 €
RESIESTRELA	507718232	Covilhã	49.370,00 €
Terras Serranas, SA	506468801	Fornos de Algodres	22.500,00 €
Fornos Vida, SA	509814735	Fornos de Algodres	7.500,00 €
CESAB	502883308	Mealhada	16.000,00 €







8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2019 ascende a 12.113,03 € relativas à faturação de água.

8.2.26 – Contas de Ordem

Quadro 37 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
Garantias e Cauções				
0.93 Garantias e Cauções de Terceiros				
.0932 Garantias e Cauções de Terceiros Prestadas	3 450,00			3 450,00
.09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	1 564 331,86			1 564 331,86
.09322 Prestadas por Fornecedores de Imobilizado				
.09323 Prestadas por Outros Credores				
.0933 Garantias e Cauções de Terceiros Devolvidas				
.09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				
.09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				
.09333 Devolvidas a Outros Credores				
.0934 Garantias e Cauções de Terceiros Accionadas				
.09341 Accionadas a Fornecedores de c/c				
.09342 Accionadas a Fornecedores de Imobilizado				
.09343 Accionadas Outros Credores				
Total de Garantias e Cauções	1 567 781,86	0,00	0,00	1 567 781,86

(Handwritten signatures and initials)

Recibos para Cobrança				
.092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)			
.0921	À Responsabilidade do Tesoureiro			
.0922	À Responsabilidade de Outros Agentes			
Total de Recibos para Cobrança				
Total		1 567 781,86	0,00	0,00
				1 567 781,86

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Quadro 38 - Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria				- €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	11 027,51 €	414,78 €	- €	11 442,29 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	2 576 349,86€	750,00 €	- €	2 577 099,86 €
39 Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €
49 Provisões para Investimentos Financeiros	- €	-€	-€	- €
Total	2 587 377,37€	1 164,78 €	- €	2 588 542,15 €

As provisões para riscos e encargos respeitam genericamente quer aos processos judiciais em curso relacionados com a não aceitação das faturas da Sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) quer quanto a processos judiciais em curso intentados contra o Município maioritariamente em exercícios anteriores. Refira-se que a partir de 2018 o Município passou a aceitar e pagar a totalidade das faturas de água emitidas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Quadro 39 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	3 901 527,41 €			3 901 527,41 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas				
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
57 Reservas				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
571 Reservas legais				
575 Subsídios				
576 Doações				
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos				
578 Regularizações Entidades Participadas				
59 Resultados transitados	- 8 298 196,03 €	48 191,41 €		- 8 250 004,62 €
				- €
Total	- 4 396 668,62 €	48 191,41 €	- €	- 4 348 477,21 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' at the top and several illegible signatures below it.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Quadro 40 – Demonstração CMVMC

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências Iniciais	0,00	8 415,70
Compras	172 574,46	14 960,98
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	7 940,18
Custos no Exercício	172 574,46	15 436,50

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Quadro 41 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e Trabalhos em Curso
	€	€	€
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' at the top, 'Mury' in the middle, 'Plu' below it, and a stick figure at the bottom.

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Quadro 42 – Demonstração dos resultados financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
		€	€			€	€
681	Juros Suportados	479 720,34	562 735,06	781	Juros Obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Investimentos em Imóveis	235 507,67	235 922,61
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de Capital	2 792,13	0,00
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	1 694,54	1 732,49	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-240 750,22	-328 544,94	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	2 364,86	0,00
Total		240 664,66	235 922,61			240 664,66	235 922,61

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Quadro 43 – Demonstração de resultados extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
		€	€			€	€
691	Transferências de Capital Concedidas	0,00	35 210,95	791	Restituições de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	338,87	52,24	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em Imobilizações		1 000,00
695	Multas e Penalidades	1 122,18	644,23	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	1 532,42	1 143,58
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	796	Reduções de Amortizações e Provisões	0,00	892 901,43
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	44 794,26	5 085,63	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	6 849,00	748,78
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	2 896,70	70,00	798	Outros Proveitos e Perdas Extraordinárias	731 440,15	672 182,90
	Resultados Extraordinários	690 669,56	1 526 913,34				
Total		739 821,57	1 567 976,39			739 821,57	1 567 976,69

Handwritten signatures and initials:
RHS
[Signature]
[Signature]

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

Atendendo ao previsto no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, sempre que os Municípios se encontrem em situação de rutura financeira, têm de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao FAM.

Ainda neste domínio, determina o artigo 23.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, e ao que agora importa, deve preparar um conjunto de medidas específicas e quantificadas tendentes à diminuição da dívida total até ao limite legal.

O Plano de Ajustamento Municipal foi visado em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção do Tribunal de Contas em 17/03/2017, o qual prevê um empréstimo financiado diretamente pelo Fundo de Apoio Municipal até ao montante de 32.620.057 euros

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 €, foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017. O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 €, que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor.

A 20 de março de 2018, foi pronunciada a sentença relativa ao Processo judicial 99/15.5BECTB, que obrigou o Município à liquidação de 68.142,00 €.

Por sua vez, em agosto de 2018 houve desfecho desfavorável de uma série de processos de fornecedores, que implicaram um pagamento global de 1.082.421,68 euros.

Pelo que o montante total recebido do FAM até 31/12/2019 cifra-se em 28.705.595 euros, sendo que a dívida do Município na mesma data é de 27.036.036,00 euros

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

8.4 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

De acordo com o estatuído na alínea e) do n.º 13 do POCAL, para além das notas ao anexo ao balanço e demonstração de resultados, considera-se não existirem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que influenciem o Balanço e a Demonstração de Resultados de 2019.

Este relatório será o último elaborado nestes moldes, pois terminou em 2019, o normativo contabilístico iniciado em 2002 (POCAL).

F
K
P
B
A

A 01 de janeiro de 2020, entrou em vigor o novo normativo contabilístico aplicado às Autarquias Local (SNC-AP), Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, cujo processo de transição terá reflexos nas demonstrações financeiras de 2020.

Em março de 2020, no decorrer dos trabalhos de preparação dos documentos de prestação de contas, o surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde a 11 de Março e alastrou também ao nosso País onde foi decretado o Estado de Emergência a 18 de Março, tal facto afetou naturalmente o concelho de Fornos de Algodres, pois o estado de alerta municipal foi declarado a 28/03/2020, efetivamente este acontecimento veio alterar o normal funcionamento dos serviços, procedeu-se ao encerramento dos serviços disponibilizados ao público, embora grande parte dos serviços se tenham mantido em funcionamento pois sempre que foi possível recorreu-se ao teletrabalho.

Por outro lado, esta pandemia poderá implicar aumentos de despesas relacionadas, cuja mensuração não é possível nesta data e que poderão originar desvios relativamente às previsões do PAM.

Sendo o Município uma Autarquia Local, o princípio da continuidade não estará em causa, no entanto o ano de 2020, será algo atípico, pois verá certamente, refletidos os impactos não só económicos, mas também sociais, desta situação desconhecida e inesperada, impossíveis de quantificar nesta data.

